

MEC vai gastar R\$ 1 mil com cada docente

Planejamento prevê o pagamento de bolsas aos participantes e aos instrutores

O Pró-Ciências custará R\$ 52 milhões à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Ministério da Educação. Após receber informações sobre o número de professores de Ciências e Matemática que atuam em cada Estado, o órgão calcula gastar R\$ 1 mil com cada profissional, repassando os recursos aos governos estaduais.

As universidades regionais apresentam propostas e recebem o dinheiro para executá-las. O programa prevê o pagamento de bolsas aos participantes e aos instrutores. Por enquanto, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) aprovou 23 projetos para a reciclagem de 1.547 professores da rede pública.

O maior deles foi proposto pela Sociedade Brasileira de Genética que, desde março, oferece treinamento a 200 professores de Biologia nos municípios de Ribeirão Preto, Campinas, Piracicaba, São José do Rio Preto e Botucatu. "Eles não vão aprender genética novamente, mas entender novidades como clonagem ou métodos de esclarecimento de paternidade duvidosa", explica o presidente João Lúcio Azevedo.

Nove Estados assinaram o convênio em 1995 e concluirão o projeto no próximo ano. Os programas de Pernambuco e do Pará são apontados como bons exemplos pela Capes. Os paraenses já aperfeiçoaram 386 professores de Matemática, Química, Física e Biologia e uma segunda turma começará em julho. No interior, porém, muitos professores não têm nível superior e, portanto, não podem participar do programa da Capes. "Precisamos de um projeto destinado também aos professores leigos", avalia o coordenador de Estudos Técnico-Científicos da Secretaria de Ciência e Tecnologia, João Ubiratan Moreira dos Santos.

Segundo a Capes, em Goiânia a situação é ainda pior. A cidade tem professores que não concluíram o 2º grau mas lecionam nesse nível. Pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), todos os professores de 2º grau deveriam ter nível universitário. "Profissionais habilitados não aceitam os salários das escolas públicas e elas são obrigadas a contratar pessoas com baixa qualificação", afirma o coordenador do Pró-Ciências, Paulo Roberto Lima. (C.S.)